AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1412064 - SP (2018/0324871-6)

RELATORA	**: MINISTRA REGINA HELENA COSTA**
AGRAVANTE	: DURVALINO DE LIMA PIOVANI
AGRAVANTE	: EDNA DOS SANTOS
AGRAVANTE	: EDSON ARCOVERDE TENORIO
AGRAVANTE	: ELI DE LIMA
AGRAVANTE	: ELIZABETE PAKIRAKIS DE OLIVEIRA
AGRAVANTE	: EMILIA PIZZOLIO MENDONCA
AGRAVANTE	: ERNANDO CELERINO FONSECA
AGRAVANTE	: EUDS DEIZER RIBEIRO
AGRAVANTE	: EURICO HERCULANO LINS
AGRAVANTE	: EURIDES DE OLIVEIRA
ADVOGADOS	: JOCELITO CUSTÓDIO ZANELI - SP285419 CARLOS ALBERTO GOMES E OUTRO(S) - SP150888
AGRAVADO	: SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV
PROCURADOR	: FERNANDA BUENDIA DAMASCENO PAIVA E OUTRO(S) - SP327444

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. DECISÃO QUE INADMITIU O RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTOS. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. *In casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II – Não se conhece do Agravo em Recurso Especial que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão que inadmitiu, na origem, o recurso especial.

III – Não apresentação de argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

IV – Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

V – Agravo Interno improvido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina e Gurgel de Faria votaram com a Sra. Ministra Relatora. Presidiu o julgamento o Sr.

Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 10 de Junho de 2019 (Data do Julgamento)

Ministra Regina Helena Costa
Relatora